

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

DATA JOURNALISM AND THE FIGHT AGAINST GENDER-BASED VIOLENCE: a study about gênero e número

Andrielle Cristina Moura Mendes **GUILHERME**¹

Alice Oliveira de **ANDRADE**²

Maria do Socorro Furtado **VELOSO**³

Juciano de Sousa **LACERDA**⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil

Resumo

O jornalismo ajuda a promover uma maior compreensão a respeito de realidades que nem sempre são tratadas com a devida atenção pela sociedade, como a persistência da desigualdade de gênero. Através de um estudo de caso sobre a Gênero e Número (GN), primeira agência brasileira de jornalismo de dados com enfoque em gênero, concluímos que o trabalho da GN pode desempenhar um importante papel na visibilização das violências e assédios contra as mulheres, evidenciando uma problemática sociocultural de violência em diversos âmbitos e, dessa forma, podendo servir como subsídio para a elaboração de políticas públicas que visem solucionar tais questões.

Palavras-chave

Jornalismo de dados; Gênero; Violência contra as mulheres; Gênero e Número.

Abstract

Journalism helps to promote a greater understanding of realities that aren't always treated with due attention by society, such as the persistence of gender inequality. Through a case study the Gender and Number (GN), the first Brazilian gender-focused data journalism agency, we conclude that GN's work can play an important role in making violence and harassment against women visible, highlighting a sociocultural problem of violence in various areas and, this way, can serve as a subsidy for the elaboration of public policies aimed at solving such issues.

Keywords

Data Journalism; Gender; Violence against women; Gênero e Número.

RECEBIDO EM 30 DE AGOSTO DE 2019
ACEITO EM 17 DE OUTUBRO DE 2019

¹ Doutoranda e mestra pelo Programa de pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). Pesquisadora do grupo de pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia (PRAGMA-CNPq). Contato: andriellecmmg@gmail.com

² Doutoranda e mestra pelo Programa de pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). Pesquisadora do grupo de pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia (PRAGMA-CNPq). Contato: aliceandrade@live.com

³ Professora associada do Departamento de Comunicação Social e do Programa de pós-Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). Contato: socorroveloso@uol.com.br

⁴ Docente Permanente do PPgEM/UFRN; Coordenador do Grupo de Pesquisa PRAGMA/UFRN/CNPq, Pesquisador do Projeto de Resposta Rápida à Sífilis (LAIS/NESC/OPAS/MS). Contato: juciano.lacerda@gmail.com

Introdução

Enquanto o leitor lia o título deste artigo, uma mulher era agredida. Provavelmente quando concluir a leitura do texto, 15 terão sido vítimas de arma de fogo no Brasil, quinto país do mundo mais perigoso para as mulheres viverem (ONUBR, 2016). De acordo com o site Relógios da Violência⁵, desenvolvido pelo Instituto Maria da Penha (IMP)⁶, a cada dois segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil. A cada 4.6 segundos, uma mulher sofre assédio no trabalho. A cada dois minutos, uma mulher é vítima de arma de fogo. Mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no país, segundo levantamento do Datafolha⁷, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2018.

Os números mostram que o corpo feminino é atravessado por múltiplas ameaças e agressões: violência verbal, psicológica, sexual, moral, patrimonial, simbólica, em espaços distintos. Neste cenário, os jornalistas e as jornalistas desempenham papel fundamental na tarefa de levantar dados, apurar informações, visibilizar histórias, confrontar autoridades, cobrar providências e apontar soluções coletivas. No ecossistema midiático brasileiro, a Gênero e Número (GN) tem se destacado como a primeira agência de jornalismo de dados com enfoque em gênero.

A fim de contribuir com a produção de conhecimento acerca das experiências jornalísticas realizadas fora do eixo hegemônico, propõe-se, neste trabalho, analisar as práticas e as abordagens da agência Gênero e Número (<http://www.generonumero.media/>). Sediada no Rio de Janeiro,

⁵ Desenvolvido pelo Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

⁶As informações e os números apresentados nos Relógios da violência têm como referência a pesquisa Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e realizada entre os dias 11 e 17 de fevereiro de 2017 em 130 municípios, incluindo capitais e cidades do interior, em todas as regiões do país. A pesquisa foi divulgada em 8 de março de 2017.

⁷ Desenvolvido pelo Datafolha, sob encomenda do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/02/26/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-a-cada-hora-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2019

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

mas com abrangência nacional, essa iniciativa de jornalismo independente é mantida por pessoas que acessam, constroem, analisam, contextualizam e disponibilizam bases de dados e trabalhos jornalísticos guiados por informações voltadas ao debate de gênero em sua plataforma, sendo considerada a primeira agência no país a promover este tipo de trabalho.

Segundo Lorenz (2014), dados - como os levantados pela Gênero e Número - podem também ser usados para criar uma percepção mais profunda sobre o que está acontecendo e como isso pode afetar as pessoas. A capacidade de reunir grandes quantidades de informações, analisá-las e chegar a conclusões permite também contribuir para a geração de conhecimentos que poderiam não ser observados sem o auxílio de recursos computacionais, conforme abordam Mayer-Schönberger e Cukier (2013).

A partir dessas premissas é que, nesta proposta, refletimos sobre a relação entre a violência contra as mulheres e o jornalismo de dados a partir do estudo sobre a agência Gênero e Número. Empreender uma pesquisa científica, segundo Gil (1987), é uma jornada iniciada na elaboração de uma inquietação que visa conhecer melhor o mundo no qual vivemos e convivemos. Valendo-nos de sentidos físicos, capacidade interpretativa, acervo cultural-cognitivo e informações externas, enxergamos os elementos, fatos, processos e buscamos compreender quais sentidos nos exprimem. Nas pesquisas sociais, através das investigações científicas, é possível compreender também o campo da realidade social (GIL, 1987).

Para essa análise, nosso caminho metodológico tem como estrada o estudo de caso. Segundo Duarte (2005), o desenvolvimento de um estudo de caso contribui para a compreensão das peculiaridades, das diferenças e para a capacidade de análise dos pesquisadores, além de ser uma abordagem que considera "qualquer unidade social como um todo, incluindo o desenvolvimento dessa unidade, que pode ser uma pessoa, uma família, um grupo social, um conjunto de relações ou processos (...) até mesmo toda

uma cultura". Logo, pretendemos empreender uma análise sobre a organização de mídia Gênero e Número enquanto uma unidade, que se dedica à abordagem de questões ligadas ao gênero no Brasil com caráter pioneiro.

Castro (1977, p.88) afirma que no estudo de caso "o interesse primeiro não é pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo". Em nossa proposta, pretendemos analisar o jornalismo de dados com enfoque em gênero e as articulações da Gênero e Número, analisando a importância dessa prática na elaboração de políticas públicas. Paralelamente ao estudo de caso, desenvolvemos uma revisão bibliográfica acerca das questões que envolvem os estudos de gênero e combate ao sexismo.

As reflexões geradas neste trabalho foram moldadas no seio das discussões sobre a violência contra as mulheres, pauta comumente silenciada e que tem na divulgação e problematização dos dados uma possibilidade de marcar o debate como ferramenta política - enquanto modo de ser/estar/ocupar o mundo - e de elucidação dessa questão tão urgente.

A plataforma

A Gênero e Número autodeclara-se a primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados com a finalidade de qualificar o debate sobre equidade de gênero. Segundo informações da própria plataforma (<http://www.generonumero.media/>), a GN é uma organização independente de mídia que existe para dar para visibilidade a evidências relevantes ao debate sobre equidade por meio de diferentes produtos jornalísticos.

A agência se propõe a aprofundar temas relacionados principalmente a uma agenda de direitos a partir de dados e de vozes que sejam comprometidas com o diálogo amplo que a democracia pressupõe. Como observa a GN, o trabalho desenvolvido é relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero precisa melhorar, onde diversos dados

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

importantes ainda não têm a visibilidade e discursos radicalizados têm se sobreposto à informação verificada e de qualidade.

Uma rede de pessoas – dirigida por mulheres e composta predominantemente por mulheres - levanta e compartilha dados de bases abertas, tendo como premissas o conteúdo livre e a cultura da transparência, atuando em três frentes de trabalho: a) GN Editorial, que concentra a produção de conteúdos jornalísticos independentes e de publicações impressas e online desenvolvidas a partir de parcerias; b) GN Dados⁸, área cuja atividade principal é aprofundar o trabalho com bases de dados construídas ou abertas pela equipe para que se possa extrair o máximo de análise e de informação relevante sobre temas diversos; e c) GN Cursos e eventos, que concentra os eventos e cursos presenciais, feitos com parceiros editoriais e/ou com apoiadores que valorizam as temáticas que a agência destaca na produção editorial.

A Gênero e Número produz jornalismo, realiza pesquisas e visibiliza dados públicos após tratamento e análise. O foco do trabalho são as narrativas orientadas por estatísticas, em diferentes formatos: textos, vídeos, áudios. Um dos principais objetivos é contribuir para um debate preciso e embasado, que vai muito além das opiniões a fim de gerar e repercutir informação qualificada e verificada para embasar discursos de mudança, de acordo com informações da Gênero e Número na plataforma Cartase.me⁹.

As informações no portal estão divididas por categorias e seções. São dez categorias - Trabalho; Política; Direitos Reprodutivos; Cultura; Ciência e Educação; Violência; Esporte; Mobilidade/ Latinoamérica e Justiça - e 11 seções: Histórias; Edições; Vídeos; Entrevistas; Dados de bolso; Dados

⁸ Segundo consta na plataforma, essa análise é orientada para a produção de conteúdo editorial de acesso gratuito, mas também para a produção de conteúdos restritos a assinantes, e segmentados para tratar periodicamente de temas pertinentes à agenda de desenvolvimento e de direitos. A produção de pesquisas e de publicações com rigor acadêmico também ocupa lugar de destaque na área de Dados da GN.

⁹ Disponível em: <<https://www.catarse.me/users/1051392-genero-e-numero>> Acesso em 01 ago. 2019.

abertos; Diálogos GN; Republicue; Conselho consultivo; FAQs e Sobre - uma biografia do projeto. As sessões congregam desde prints com dados condensados a respeito de um assunto específico - escolaridade, encarceramento e jornada de trabalho, por exemplo - até informações sobre o que a agência faz, em que áreas atua, quem compõe a equipe.

A *startup* destaca-se no ecossistema das agências de jornalismo de dados no país por sua atuação multiplataforma. Os dados, informações e análises são disseminados por múltiplos meios: portal (<http://www.generonumero.media>), *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube*, *Medium*, *newsletter* gratuita, *newsletter* paga, além dos eventos que contam ou com a participação, mediação ou organização das jornalistas.

Mais recentemente, em agosto de 2019, a GN passou a usar listas de transmissão do *Whatsapp* para disseminar narrativas jornalísticas guiadas por dados sobre assimetrias de gênero¹⁰, ampliando a capilaridade de sua rede. O desejo de atingir diferentes públicos pode ser observado também no empenho em produzir comunicações multimodais, materializadas em textos, infográficos, infográficos interativos, vídeos, fotografias, tornando números e histórias palatáveis para pessoas que vivem em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. O conteúdo é disponibilizado online em licença *Creative Commons*, que possibilita a reprodução e o uso não-comercial pelas pessoas interessadas em propagar as informações.

Para subsidiar a produção e publicização dos dados, informações e análises, a startup mantém um sistema de assinatura de *newsletter Premium*, realiza eventos e cursos presenciais relacionados ao cenário da equidade de gênero; desenvolve soluções tecnológicas (aplicativos); produz publicações impressas ou digitais - algumas delas em parceria com outras entidades e recebe doações de pessoas físicas e de organizações filantrópicas através da plataforma de financiamento coletivo *Catarse.me*¹¹. Os apoiadores e apoiadoras podem contribuir com valores acima de R\$12.

¹⁰ De acordo com informações divulgadas pela própria agência na descrição disponível no WhatsApp.

¹¹ Disponível em: <catarse.me/generonumero>. Acesso em: 28 ago. 2019.

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

Quem doa mais de R\$ 50 por mês é considerado assinante engajado e, por isso, além das recompensas anteriores, também recebe os editoriais na caixa de e-mail e é convidada (o) para atividades organizadas pela GN como visitas à redação; encontros virtuais com jornalistas e colunistas; sessões especiais de exibição dos minidocumentários produzidos pela Gênero e Número; palestras; cursos; encontros. Também recebe desconto nas inscrições em eventos em que a gratuidade não é possível.

Somadas, as 24 doações representam apenas 7% (R\$ 504) da meta (R\$ 7.000 por mês)¹². A meta não parece robusta para uma equipe composta por uma diretora, uma diretora de audiovisual, uma editora, uma editora de projetos especiais, duas repórteres, duas pesquisadoras/analistas de dados, uma designer e uma assistente administrativa, sem considerar os colaboradores - jornalistas, programadores (as), designer.

A GN recebe apoio de organizações internacionais filantrópicas ligadas à pauta da equidade de gênero e mídia desde sua criação, em 2016, além de contar com uma rede de apoiadores formada pelas (os) leitoras (es) desde 2019. Um relatório financeiro anual é lançado sempre em janeiro - e enviado por email sempre que solicitado através do contato@generonumero.media - com o valor levantado por meio de doações e como esse valor foi usado/distribuído entre as operações e produções. Doações que alcançam ou ultrapassam R\$ 100 mil passam por auditoria externa para validação da prestação de contas.

Angariar recursos de pessoas físicas e também de entidades internacionais foi a forma que a *startup* encontrou para subsidiar a produção de dados, informações e conhecimento acerca das condições de vida das

¹² Até o dia 28 de agosto de 2019 (às 17h29), a plataforma registrava 24 doações mensais no Catarse.me. Deste total, 19 são doações entre R\$12 e R\$ 50 e 5 de R\$ 50 ou mais por mês. As (os) assinantes que doam menos de R\$ 50 por mês são consideradas (os) observadoras (es) e recebem, como recompensa, a newsletter Coordenadas Políticas (na caixa de e-mail); têm acesso prévio a edições especiais e suplementos e entram para a lista de apoiadoras (es)/parceiras (os), passando a ter descontos nos eventos e cursos organizados pela Gênero e Número no Rio de Janeiro, sede da startup, ou em outras cidades.

mulheres e, assim, fomentar o debate sobre as assimetrias de gênero no país.

Jornalismo de dados e políticas públicas

Dados como os levantados pela Gênero e Número ajudam a subsidiar a elaboração de políticas públicas no país, através das quais o Estado planeja o atendimento de necessidades básicas da sociedade. O uso de estatísticas é condição fundamental para os processos produtivos em planejamento social, como afirma Thiago Ávila, consultor, pesquisador e gestor público há 15 anos nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação e Produção da Informação e do Conhecimento, em entrevista para o site do Conselho Regional de Estatística da 3ª Região¹³ (SOARES, 2019).

A combinação entre estatística, transparência e acesso à informação, fortalecida no contexto digital, colabora com o embasamento de estratégias que visam melhorar as condições sociais, segundo Thiago Ávila, para o qual não existe política pública sem estatística, assim como também não há setor produtivo qualificado nem produção científica de qualidade sem dados. A estatística, afirma o gestor, nos permite gerar, com métodos confiáveis e reprodutíveis, informações e indicadores de alta relevância para a tomada de decisão tanto no setor público quanto privado.

Isso porque, para tomar decisões de forma transparente, é importante que os agentes envolvidos estejam munidos de informações de qualidade, já que toda proposta de política pública precisa ser validada no plano real, com base em estudos de impacto regulatório rigorosos. A promoção e a disponibilização de dados abertos são ações imprescindíveis para permitir melhorias na sociedade, ressalta o pesquisador, ao defender mais investimento em formação científica e no jornalismo de dados para melhorar a qualidade da disseminação dos conteúdos públicos.

¹³ Disponível em: <<http://www.conre3.org.br/portal/dados-em-politicas-publicas-e-tema-do-congresso-de-estatistica-que-acontece-em-junho-de-2018-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

Os dados ajudam a promover uma maior compreensão a respeito de realidades que nem sempre são tratadas com a devida atenção pela sociedade como, por exemplo, a persistência da desigualdade de gênero no país. Foram os números da Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito da prevalência e relevância das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no território nacional que despertaram a atenção de membros da ONU Mulheres para a violência contra a mulher no Brasil, eleito como país-piloto para o processo de adaptação do Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero¹⁴.

O controle sobre o corpo, o desejo e a autonomia das mulheres, assim como a limitação de sua emancipação profissional, econômica, social ou intelectual também se tornam evidentes nas Estatísticas de Gênero (Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil)¹⁵, segundo as quais, mais de 80% dos legisladores do país¹⁶ são homens, o que rendeu ao Brasil a 152ª colocação entre os 190 países considerados na pesquisa.

O descompasso fica evidente, quando comparamos as Estatísticas de Gênero com o censo demográfico¹⁷, segundo o qual as mulheres representam 51,5% da população. Excluídas da representação política e legal - uma das condições dos sujeitos subalternizados segundo Gayatri Spivak (2010)¹⁸ -, as mulheres brasileiras também trabalham mais - dedicam 73% a mais de horas do que os homens aos serviços domésticos e cuidados com filhos e idosos - e

¹⁴ As Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (femicídios) foram publicadas em 2016, em parceria com o governo brasileiro e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

¹⁵ Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em: 28 ago. 2019

¹⁶ A maioria dos legisladores é homem, branco, tem mais de 50 anos, diploma de ensino superior e patrimônio declarado acima de R\$ 1 milhão, segundo Sardinha (2005), o perfil do Congresso nacional não reflete a maioria da sociedade, mas repete a histórica distorção das representações no Parlamento brasileiro. O problema, segundo o autor, é agravado pelos elevados custos de campanha. Em geral, elege-se quem arrecada e gasta mais.

¹⁷ Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em 28 ago. 2019

¹⁸ O termo 'subalternizado' é usado por Gayatri Spivak (2010) para descrever as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.

recebem menos: ganham, em média, 75% do salário masculino, mesmo quando sua escolaridade é mais elevada.

Os dados atualizados visibilizam uma antiga violência - a demarcação sexual dos espaços, funções e papéis -, já que trabalho, "gênero" e "raça" são as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração, dominação e conflito, sendo a categoria 'gênero' – a partir do sexo - a produção social mais antiga da história social (QUIJANO, 2009). No que diz respeito ao gênero, Ana Cristina Santos (2003) acrescenta que a ideologia capitalista (patriarcal) construiu e disseminou fortes dicotomias sexuais que atribuem a homens e mulheres papéis diferentes e frequentemente opostos.

Esses sistemas de desigualdade e exclusão resultam, no entendimento de Santos (2003), de complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças que implicam a rejeição, a marginalização ou o silenciamento de tudo o que lhes oponha.

Ivana Bentes (2018, informação verbal)¹⁹ destaca a visibilidade de lutas pela ampliação de direitos – incluindo os direitos das mulheres - no espaço e nas mídias através da emergência de contra discursos, de novas linguagens e das ocupações de espaços de poder como contributo para o acirramento da disputa da narrativa²⁰ com a mídia tradicional e uma suposta reconfiguração da política a partir das novas lutas.

As mulheres lutam, cada uma à sua maneira, individual ou coletivamente, por afirmação e reconhecimento (ARTHUR, 2013). A profusão de mídias independentes como a Gênero e Número sugere que essas lutas também estão sendo travadas na arena do simbólico: no processamento de dados, no levantamento de informações e na produção de narrativas em um

¹⁹ Fala da Profa. Dra. Ivana Bentes, em palestra no 8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, UFRN, em 30 jun. 2018.

²⁰ A narrativa é considerada uma totalidade de eventos encadeados, uma espécie de soma final.

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

cenário marcado pelo aumento do volume de dados e informações produzido anualmente²¹.

Segundo Mayer-Schönberger e Cukier (2013), o predomínio do *big data*²² representa mudanças na forma como analisamos informações que transformam a maneira como entendemos e organizamos a sociedade. Também por isso o processamento dos dados torna-se uma tarefa estratégica para os diversos setores da sociedade. Através dela é possível perceber “padrões e correlações nos dados que nos propiciem novas e valiosas ideias. As correlações podem não nos dizer com exatidão porque algo está acontecendo, mas nos alertam que algo está acontecendo. Em muitas situações, isso é bom o suficiente” (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 9).

Se os números apontam um aumento nos casos de violência contra as mulheres, por exemplo, o que se espera é que o problema seja considerado no planejamento que poderá subsidiar a destinação de recursos para a elaboração de campanhas educativas, fortalecimento da rede de apoio às vítimas ou ampliação do número de delegacias especializadas.

Conforme Zanotta, em entrevista publicada no livro intitulado *Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*, a notificação dos casos pode estimular a oferta de serviços especializados no atendimento à violência. Essa ideia, segundo a autora, é resultado das pesquisas e do movimento feminista (GROSSI; MINELLA; PORTO, 2016), entendimento compartilhado por Bandeira, também entrevistada para o livro, segundo a qual a partir do momento que houve a denúncia, deu-se visibilidade ao problema, e concomitantemente evidenciou-se que esse não era um

²¹ Segundo Estevanim (2016), com o avanço da digitalização, dados em diferentes extensões são passíveis de serem armazenados e correlacionados gerando um volume de dados humanamente imensurável sem o auxílio de computadores.

²² Segundo Mayer-Schönberger e Cukier (2013), não há uma definição rigorosa para o termo *Big Data*. A princípio, a ideia era a de que o volume de informação cresceria tanto que a quantidade examinada já não cabia na memória do processamento dos computadores, por isso os engenheiros tiveram de aprimorar os instrumentos que utilizavam para a análise.

problema que deveria ser tratado na esfera do privado, mas na esfera pública.

Essa questão, de acordo com Bandeira, ainda merece atenção porque praticamente metade das mulheres, de uma forma ou de outra, acabou percebendo como tem sido “objetos” dessa violência, seja física ou simbólica exercida em diferentes espaços sociais (GROSSI; MINELLA; PORTO, 2016). Um jornalismo especializado em dados com enfoque em gênero pode ajudar a romper o silêncio e romper com o silêncio é romper com a violência; é romper com as violências naturalizadas no cotidiano e que muitas vezes nós não percebemos como tais (RIBEIRO, 2017).

Sem negar a importância dos meios de comunicação hegemônicos, Machado (2002) destaca a capacidade das mídias radicais de romperem os bloqueios oficiais à expressão pública, manifestarem posições alternativas às políticas dominantes e colocarem em evidência o potencial estético, cognitivo, comunicativo e mobilizador dos meios massivos de expressão, quando vinculadas a movimentos sociais autênticos e apropriadas por sujeitos sociais movidos por projetos de intervenção crítica, como a Gênero e Número.

A pauta é “assédio”: quando as jornalistas são as vítimas da violência

Fique firme enquanto dói; faça flores com a dor; você me ajudou a fazer flores com a minha; então floresça de um jeito lindo; perigoso; escandaloso; floresça suave; do jeito que você preferir; apenas floresça (KAUR, 2017, p.158)

Na natureza, para florescer, é preciso principalmente terra fértil, água e sol. Na vida, são necessários, entre outros fatores, vontade, verdade e oportunidade. O jornalismo, enquanto parte do *locus* social da vida, é solo que pode ser fecundo ou árido. Para as mulheres jornalistas, florescer na relação com a mídia é um desafio constante de crescimento de raízes e ocupação de espaços. Elas, muitas vezes ocupam o espaço de curadora de dados e enunciadora de vozes que ecoam na luta contra a violência de

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

gênero. No entanto, em seu espaço de trabalho, a opressão também pode ser uma realidade.

A Gênero e Número, em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e apoio do *Google News Lab*, realizou uma pesquisa para descobrir as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que trabalham com jornalismo. Assédio, e violência psicológica, simbólica e sexual, foram identificados. Intitulada *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*²³, a investigação foi metodologicamente construída com grupos focais em Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Porto Alegre.

Essa iniciativa surgiu após uma situação de assédio sofrido por uma jornalista da empresa *CBN* por um então deputado federal do Pará, Wladimir Costa, durante seu trabalho em uma cobertura política, em 2017. A questão de gênero pode impor - e impõe - barreiras para o exercício profissional das mulheres, visto que as situações de assédio moral, sexual, violência psicológica e estereotipia infelizmente não são raras, conforme o mapeamento da pesquisa. A seguir apresentamos alguns dos dados trazidos no relatório da pesquisa:

- 73% das jornalistas afirmam já ter escutado comentários ou piadas de natureza sexual sobre mulheres no seu ambiente de trabalho;
- 92,3% das jornalistas afirmaram ter ouvido piadas machistas em seu ambiente de trabalho;
- 64% já sofreu abuso de poder ou autoridade de chefes ou fontes;
- 83,6% já sofreu algum tipo de violência psicológica nas redações;

²³ Disponível em: < <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

- 65,7% afirma ter tido sua competência questionada ou visto uma colega ter a competência questionada por colegas ou superiores;
- 84% das jornalistas relataram já ter sofrido ao menos uma das oito situações de violência psicológica.

A naturalização de atitudes, comportamentos ou situações de assédio, violência e apagamento não podem ser naturalizadas nas rotinas produtivas jornalísticas. Perrot (2007, p.76) já dizia: "o que chamamos de 'assédio sexual' já era corrente, principalmente, no trabalho. Ele ameaçava várias categorias de moças e de mulheres".

Devido à estrutura social permeada historicamente pelo machismo e sexismo, mulheres, enquanto grupo social, passam em seu cotidiano por situações como as abordadas na pesquisa. Embora o estudo não especifique categorias étnico-raciais, é importante salientar que essa é uma problemática coletiva, que intersecciona, além da questão de gênero, marcadores como raça e classe. "Com a teórica e ativista estadunidense bell hooks aprendi que mulheres negras e brancas compartilham a luta contra o sexismo" (RIBEIRO, 2018, p.19).

Com as reconfigurações e transmutações na prática do jornalismo, em especial a partir da introdução de dispositivos móveis digitais no cotidiano laboral, novas habilidades e competências vêm sendo necessárias para o cumprimento da apuração, produção e distribuição dos conteúdos, bem como interações com os consumidores. Toda essa polivalência, acrescida da carga psíquica e de desigualdade econômica enfrentada por mulheres que sofrem com a cultura sexista, pode causar desmotivação e sofrimentos psicossomáticos.

"A divisão sexual e de gênero se expressa dentro de cada campo do conhecimento em subdivisões que mantêm a dicotomia e segregam as mulheres em atividades mal remuneradas e desprestigiadas no mercado de trabalho" (RABAY; PINTO; CARVALHO, 2017, p.54). E mesmo quando estão

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

trabalhando em suas áreas de formação, como o jornalismo, ainda assim estão suscetíveis. Falar de violência contra a mulher no ambiente de trabalho costuma ser um debate interdito em alguns âmbitos. É preciso ultrapassar as margens translúcidas da moralidade corrompida com o silenciamento dessas situações. No caso das jornalistas, de acordo com o relatório da pesquisa aqui analisada, apenas 15% das mulheres afirmaram já ter feito denúncias.

Para Margarete Nepomuceno (2017), devido às armadilhas sociais de culpabilização das vítimas, pode-se produzir uma cultura de silenciamento devido a sentimentos como medo, culpa, vergonha, humilhação e constrangimento. Exercitar a fala e a sororidade através das narrativas partilhadas e espelhadas é uma forma de quebrar os ciclos do silêncio. De acordo com a professora:

A produção discursiva sobre a violência contra a mulher na sociedade ocidental foi construída a partir da sexualidade e com ela, suas correlações como culpa, pecado e violação da moral corporificada. Enfim, o discurso das sociedades modernas misóginas e culturalmente machistas é de que a mulher sempre tem culpa da violência que sofre. A história confessional das mulheres é baseada no sacramento da penitência cristã, de alguém que está ali para julgar, sejam as instituições da família, da Igreja, do Direito ou da Medicina. Ela passa por um processo de ser (in)compreendida pela força da declaração, intimidação, enunciação da culpa (NEPOMUCENO, 2017, p. 6).

Conforme Nepomuceno (2017), a culpabilização das vítimas nessas situações é histórica, mas ainda persiste nos dias de hoje. Segundo pesquisa Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)²⁴, um em cada três brasileiros acredita que a vítima é culpada em casos de estupro. Além disso, 42% dos homens dizem que mulheres não são estupradas quando se dão ao respeito. Pesquisas desenvolvidas pelo FBSP e pela Gênero e Número, sobre as violências contra mulheres, exemplificam o

²⁴ Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2019.

uso das estatísticas para o levantamento de uma questão que quebra paradigmas do sistema patriarcal, machista, misógino e violento.

O jornalismo é uma prática social fundamental para a produção de sentidos nas sociedades democráticas. É baseado, portanto, na construção sociocultural da realidade. Sobre esta ideia, Hall et al (1999) reflete que a realidade é definida também pelos meios noticiosos a partir da sustentação e produção de práticas linguísticas: Isso implica trabalho ativo de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não apenas a transmissão de um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de dar significado às coisas (HALL et al, 1999, p.64).

A enunciação daquelas que constroem, através dos dados, a luta contra a violência de gênero é uma ferramenta potente de reflexão sobre a realidade. Jornalistas vítimas do machismo estrutural as quais escrevem e produzem conteúdo sobre o assunto demonstram o espelhamento de causas que podem se transformar em luta coletiva. Para Beauvoir (1980), a figura da mulher foi construída historicamente como "o outro". Ou seja, possui uma função e um lugar e, a partir dessa ótica, possibilidades são limitadas para elas.

"Uma cadeira, por exemplo, serve para que a gente possa sentar, uma caneta, para que possamos escrever. Seres humanos não deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhes de humanidade" (RIBEIRO, 2017, p. 22). Quantas humanidades são roubadas com o silenciamento e a prática de violências contra as mulheres em todos os espaços? Falar sobre isso é necessário. O jornalismo de dados sistematizado na pesquisa "Mulheres no Jornalismo Brasileiro" nos mostra que os dados podem ajudar a enunciar essas causas latentes, inclusive daquelas que produzem os próprios textos.

Considerações finais

Com as reflexões tecidas através de nossas palavras, esperamos reiterar a importância do jornalismo de dados para a visibilização das

JORNALISMO DE DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: um estudo sobre a Gênero e Número

violências e assédios contra as mulheres, de modo geral, e contra as jornalistas, de modo particular, as quais são, muitas vezes, impedidas de viver, se deslocar e trabalhar em segurança pelo fato de serem o que são – mulheres.

A produção de conhecimento por agências como a Gênero e Número vem contribuindo para o combate à invisibilidade não só de dados, como também de estratégias que favorecem a emergência de soluções coletivas para problemas vividos na esfera individual.

O jornalismo de dados, como este desenvolvido na pesquisa “Mulheres no jornalismo brasileiro” (2018), pode ser uma importante ferramenta de sensibilização para questões as quais são dignas de repúdio, como a violência em todos os seus âmbitos.

Tal prática vem conquistando legitimidade social, com a consolidação da *big data* como ferramenta para tomada de decisões em âmbito global. O campo da análise e processamento de dados - hermético para a maioria dos brasileiros - está se estruturando como um espaço de poder, já que aos dados - cada vez mais abrangentes e complexos - têm sido atribuído um valor social crescente. Os dados representarão um papel expressivo na disputa de narrativas devido à sua característica de recurso legitimador/deslegitimador de discursos, em um cenário marcado pelo atravessamento de múltiplas assimetrias, entre elas: de informação, de renda, de gênero, de raça.

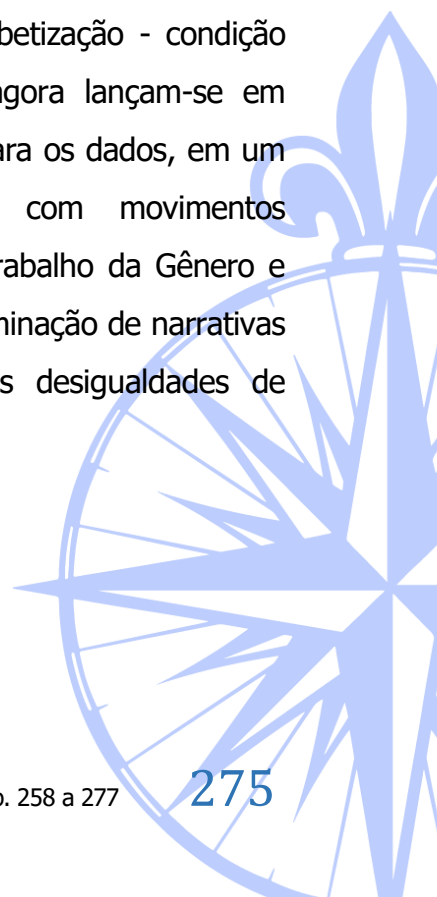
Apesar da restrição do campo para uma parte representativa da população, mulheres brasileiras têm conseguido acessar essas camadas mais profundas de informação para produzir narrativas a partir de seu lugar de fala, de seu *locus* social. Acredita-se que a proficiência nesta tarefa possa representar uma maior autonomia ao lidar com grandes volumes de dados e possibilitar uma maior independência na leitura que se possa fazer do mundo, visibilizando aquilo que se quer destacar.

Como os dados geralmente não fazem sentido para quem não sabe interpretá-los e não significam nada para quem não pode lê-los, aprender a lê-los e a compartilhá-los de forma inteligível torna-se um trunfo num mundo em que as decisões são tomadas a partir das estatísticas. Por isso a atividade jornalística torna-se tão significativa na curadoria das informações, como na *Gênero e Número*, cujo foco são as pautas ligadas às mulheres.

O fato de o jornalismo dispensar intérpretes, indo diretamente às bases de dados para a elaboração da informação, talvez seja uma forma de garantir a construção de narrativas sem usar dados processados por outros atores sob outros interesses, dados ainda não manipulados, para visibilizar uma realidade que só quem lê números pode evidenciar.

Apartadas durante séculos dos espaços de poder e de saber por discursos e práticas discriminatórias, sexistas e misóginas, as mulheres, primeiro, se mobilizaram para aprender a ler e a escrever as letras. A partir do estudo de caso da *Gênero e Número*, percebeu-se que mulheres estão formando coletivos para ler, escrever e disseminar códigos que se transformam em dados, informações e conhecimentos capazes de visibilizar realidades.

As mulheres, que reivindicaram o direito à alfabetização - condição para a transformação do silêncio em linguagem - agora lançam-se em direção a uma nova alfabetização, desta vez, voltada para os dados, em um contexto de associação das práticas midiáticas com movimentos reivindicatórios. Isso pode ser observado a partir do trabalho da *Gênero e Número*, que utiliza plataformas midiáticas para a disseminação de narrativas comprometidas com a agenda de enfrentamento às desigualdades de gênero.



Referências

- ARTHUR, Maria José. Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos; Moçambique, 1993-2000. In: SANTOS, Boaventura Sousa de. (org.) **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 381-417.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980
- CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 215-235.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GROSSI, Miriam. P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli. (orgs.) Depoimentos: **Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.
- HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Veja, 1999. p.224-247.
- KAUR, Rupí. **Outros jeitos de usar a boca**. São Paulo: Planeta, 2017.
- LORENZ, Mirko. Por que jornalistas devem usar dados? In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy. (Org.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abrají, 2014. p. 9-12.
- MACHADO, A. Prefácio. In: DOWNING, John. D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e nos movimentos sociais. Tradução de Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.
- MAYER-SHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big data**: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- NEPOMUCENO, Margarete Almeida. **"Um grito por elas"**: notas sobre o midiativismo do projeto de extensão sobre violência contra as mulheres na UFPB. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499478731_ARQUIVO_artigofinalfazendogenero.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- ONUBR. **ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>> Acesso em: 11 ago. 2018.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Santos de.; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.

RABAY, Gloria; PINTO, Erica Jaqueline S.; CARVALHO, Maria Eulina P. de. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6173/pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Ana Cristina. Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In: SANTOS, Boaventura Santos de. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 335-373.

SOARES, Camila. Dados em políticas públicas mostram a importância da estatística para a transformação social. **Portal do Conselho Regional de Estatística da 3ª Região (SP-PR-MT-MS)**, 2018. Disponível em:

<<http://www.conre3.org.br/portal/dados-em-politicas-publicas-e-tema-do-congresso-de-estatistica-que-acontece-em-junho-de-2018-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

